

Intervenção proferida
na Sessão Legislativa de Dezembro de 2003
Deputado Joaquim Machado

2004:ÚLTIMO PLANO DA GOVERNAÇÃO SOCIALISTA

Dissemos, há três anos, que o Plano a Médio Prazo para esta Legislatura não era aquele que os açorianos esperavam.

Não se vislumbrava então um projecto estratégico de política educativa, capaz de traduzir uma filosofia promotora de valores, de competências, de inovação, de reflexão e de capacidade criadora e de auto-avaliação do sistema.

Enquanto instrumento essencial de execução do programa do Governo e da realização das promessas eleitorais, o Plano a Médio Prazo era farto em intenções e duvidoso nas concretizações, além de que uma parte substancial das verbas se destinava a pagar velhos compromissos e a afectação da restante era desequilibrada.

O tempo encarregou-se de nos dar razão.

Não basta arrolar acções e preencher dotações. É preciso demonstrar capacidade para as realizações.

O planeamento das construções escolares falhou redondamente.

Das 49 acções programadas, 20 foram eliminadas [EB2,3+EA da Levada (Ponta Delgada), as EBJI da Ribeira Grande, Serra de Santiago, Porto Martins, Fenais da Luz e Pico da Pedra, as EB2,3/S Pe. Manuel da Cunha (Calheta de S.Jorge) e das Velas, as ESG/B Antero de Quental, Domingos Rebelo e Lajes do Pico, as EB2,3 de Vila Franca do Campo, Horta, Capelas, Ramo Grande e S. Sebastião (ambas na Terceira) e Livramento (S. Miguel), as EB1,2,3 de Ponta Garça e Água de Pau, e as ES da Horta e de Vila Franca do Campo], cinco estão a decorrer e outras quatro ainda não se iniciaram. Ou seja, a legislatura vai terminar sem que o PS tenha começado metade dos trabalhos previstos.

Há obras prometidas e programadas pelo Governo Regional em 1997, 98, 99 e nos anos seguintes que afinal

não se realizam. É caso para dizer que o PS traiu as suas promessas.

Três exemplos, entre duas dezenas, que confirmam o desmando da governação.

A empreitada de ampliação e grande reparação da EB2,3 de Vila Franca do Campo teve o seu início previsto e prometido para 1997. Nos três anos seguintes o Governo Regional voltou a incluir nos Planos o começo dos trabalhos. Os sucessivos orçamentos destinaram-lhe mais de um milhão de euros, mas a Vila vai continuar à espera das obras.

O início da construção da nova escola da Levada, em Ponta Delgada, já fazia parte do Planos de 1999 e 2000. Em 2001 o Governo do PS comprometeu-se a fazer o “pagamento do projecto, conclusão da aquisição de terrenos e início da empreitada de construção”. Com todo o descaramento, no ano seguinte previu “a aquisição dos terrenos e a elaboração do projecto”. O Governo do PS disse por três vezes ir iniciar as obras sem elaborar o projecto e adquirir os terrenos! Faltou aqui rigor e verdade!

E a verdade mais cruel é que Ponta Delgada continua à espera de uma nova escola, de uma nova política, de novos políticos.

Pela quinta vez é anunciado o início da construção da escola de S. Carlos, na Terceira, mas temos razões para duvidar da intenção. Já foram abertos três concursos públicos internacionais e consignados quase 4,5 milhões de euros, mas nem uma pedra foi assentada no terreno.

Onde param os milhões?

O Governo promete muito e cumpre pouco. Não faltam promessas feitas para obras por fazer.

Na análise financeira dos Planos constata-se a mesma incapacidade de realização, a mesma falta de rigor na planificação e o mesmo desregramento na despesa.

Há todavia uma diferença. O PS gasta mais, fazendo menos. No fim da legislatura, a execução material não ultrapassará 60% da obra inicialmente prevista, mas serão despendidos 72% dos recursos financeiros disponíveis. Dito de outro modo, o governo de Carlos César faz pouco e gasta muito.

Dois exemplos. Em 2002 o Governo Regional socialista gastou 125 euros (cento e vinte cinco) dos 150 mil previstos para aquisição de terrenos e elaboração do projecto da escola da Levada, ou seja, 0,1% da dotação. Convinha saber, com rigor, o destino desses míseros 125 euros...

Para a construção da EB2,3 da Maia, inaugurada em Setembro de 2000, ano de eleições regionais, o governo despendeu em 2002 mais de um milhão de euros, sem que tivesse previsto qualquer despesa no orçamento. O que falhou? A previsão? A orçamentação? Mais uma vez, faltou rigor. E é bom saber-se que em 2002 cerca de 10% da despesa efectuada em construções escolares não estava prevista no orçamento desse ano, reportando-se exclusivamente a acções concluídas e com fecho financeiro anunciado em orçamentos anteriores.

É falso que o Governo do PS vai fazer para além do que se tinha comprometido. O Plano para 2004, na área da educação, apresenta um corte de 38,9% em relação ao valor inicialmente previsto, ou seja, menos 12,3 milhões de

euros. O Plano para 2004 repete pela terceira, quarta e quinta vez o início de obras, anuncia o arranque de empreitadas que já deviam estar concluídas e 16% das verbas destinam-se a satisfazer pagamentos atrasados.

O Governo socialista piora com o tempo. São os próprios deputados socialistas que o dizem publicamente. Os documentos e a acção comprovam-no. No Plano para 2004 a educação representa (7,1%) menos do que valia (7,2%) no já longínquo ano de 1997, no início do consulado socialista.

No derradeiro ano da legislatura o PS comprova a sua incapacidade para realizar a obra prometida. Trai as suas promessas, deixando por realizar metade do que prometeu aos açorianos.

Quem só agora promete mudar para melhor, reconhece que fez o pior. Não merece, por isso, outra oportunidade.

Oito anos de governação socialista é muito tempo perdido. Os Açores merecem melhor.

Este Plano tem uma virtude: é o último da governação socialista.